

No Congresso, já se fala em derrubar os vetos do governo.

Os vetos do presidente Sarney à lei eleitoral estão dividindo as opiniões dentro do Congresso, que ainda poderá rejeitá-los todos, segundo previsão do vice-presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE). Ele considera um absurdo a reabertura do prazo de filiação partidária, que permitirá a todos os partidos, mesmo sem registro definitivo e sem representação no Congresso, apresentar candidatos à sucessão. No mesmo PFL de Oliveira, porém, o líder José Lourenço defende os vetos de Sarney por entender que há um interesse geral e os parlamentares de diversos partidos acabariam, segundo ele, sustentando a decisão do governo.

"A lei eleitoral é resultado de um acordo de lideranças, e é muito difícil que, pouco mais de quinze dias depois de terem aprovado a lei, os congressistas venham a mudar seus votos", argumenta Inocêncio de Oliveira. Para derrubar os vetos, ele acredita que o PMDB deverá mobilizar sua bancada no Senado que, sozinha, tem maioria absoluta. De fato, o PMDB é o maior interessado nos vetos. "Essa decisão cai na cabeça do PMDB", reconhece o líder do partido, deputado Euclides Scalco. "Com a reabertura do prazo de filiação e com qualquer partido podendo ter candidato, os moderados do PMDB podem tomar novo rumo." Isso significa, por exemplo, encontrar um candidato e filia-lo a qualquer partido, mesmo sem representação parlamentar.

Os juristas admitem que Sarney pode até ter tido razões jurídicas para vetar cinco dispositivos do projeto que regulamente as eleições — mas observam que os efeitos dos vetos são inegavelmente políticos. "À primeira leitura, o governo pode estar pretendendo facilitar uma candidatura nova", interpreta Affonso Camargo, que ainda luta para sair candidato pelo PTB.

O ministro da Justiça, Oscar Corrêa, não aceita a caracterização política dos vetos — e lembra que a lei não pode violar a Constituição nem ter efeitos retroativos. Há mais de uma semana, porém, Corrêa vinha dizendo que o quadro da sucessão não estava definido — e que candidatos novos poderiam aparecer. Quanto a Sarney, ele se fundamentou juridicamente e chegou a resultados positivos para favorecer seus aliados — os moderados do PMDB e os governistas do PFL.

No caso de Aureliano Chaves, por exemplo, houve uma maior possibilidade de encontrar um vice para sua chapa em outro partido. Graças ao veto, qualquer um poderá se filiar ao PFL a tempo de sair candidato, ou escolher uma pequena legenda à qual se coligar. Até o ministro Oscar Corrêa pode ser candidato: basta que se filie a qualquer legenda de aluguel. E o líder da UDR, Ronaldo Caiado, também não precisa mais perder o sono com as preocupações que a convenção do PDC possam trazer: se perder, ele terá à disposição diversos pequenos partidos. É só escolher.

Qualquer decisão, agora, está nas mãos do Congresso. "Ainda que os vetos sejam inconstitucionais, para a Justiça eles não terão existido, caso sejam mantidos pelo Legislativo", explicava ontem um ministro do Supremo Tribunal Federal. "Os vetos anulam toda a intenção da lei." Se for mantido o veto à proibição de participação de partidos sem registro, por exemplo, o número de candidato à sucessão, que já está em 11, pode chegar a 33 — e até subir para 43, caso o TSE conceda registro provisório a outros dez partidos que já deram entrada no pedido. "Um número tão grande de candidatos pode acabar confundindo o eleitor", diz o ministro.

Mas a maior polêmica mesmo deverá ficar reservada à proibição de divulgação de prévias eleitorais nos 30 dias que antecedem o 15 de novembro. O Tribunal Superior Eleitoral não tem dúvidas quanto à inconstitucionalidade do artigo, que fere o direito à informação, assegurado pela própria Constituição. Mesmo assim, os ministros não poderão se manifestar, por se tratar de uma questão constitucional que deve ser julgada pelo Supremo. "O TSE já tem posição de que as pesquisas estão liberadas. Os interessados devem recorrer", informa um ministro do tribunal, transferindo a responsabilidade para os partidos, para a Associação Brasileira de Imprensa e para a Abert.